



Ata da 34ª sessão ordinária da 1ª sessão legislativa da 18ª legislatura. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Coronel Vida, 211, Centro, no horário regimental, foi realizada a 34ª (trigésima quarta) sessão ordinária da 1ª (primeira) sessão legislativa da 18ª (décima oitava) legislatura, presidida pelo Vereador Egon Krambeck, secretariada pelos Vereadores Odair José Sanson Junior e Gilberto Rogalski e presentes os Vereadores Joslei Sequineli, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos, Marcos Marcel Pietralla, Rogério Czelusniak e Vagner Kachimarki. Havendo número legal de Vereadores o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo povo, declarou aberta a sessão e determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade. Solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura do expediente, no qual constou o seguinte: do excelentíssimo senhor Sérgio Luiz Belich, Prefeito Municipal, ofício 694/2021, de 20/9/2021, em referência ao ofício 274/2021 e à indicação 226/2021, encaminhando cópia do processo administrativo 12914/2021 e informando que o patrolamento e cascalhamento da estrada indicada foi realizado no âmbito do programa “Porteira Adentro”, e ofício 705/2021, de 20/9/2021, convidando os vereadores para participarem de reunião no dia 24/9, às 8h30min, no auditório da Central de Atendimento ao Cidadão, para tratar dos recentes eventos envolvendo violência e vandalismo na Praça Marechal Floriano Peixoto. Do senhor Paulo Henrique Taufer, Chefe I de Cultura e Patrimônio Histórico, ofício 32/2021, de 20/9/2021, convidando os vereadores e parlamentares jovens para participarem do evento “Visita Mediada – Piloto de Roteiro Turístico” no dia 24/9, com início às 14h e saída do Cemitério Municipal. Da excelentíssima senhora Adriana de Lourdes Simette, Juíza da 174ª Zona Eleitoral de Curitiba e Presidente da Comissão Mulheres na Política, ofício circular 4/2021, de 9/9/2021, convidando os vereadores para participarem de reunião virtual no dia 27/9, às 14h, por meio da plataforma *Zoom*, para divulgação do curso “Construindo Candidaturas 2022”. Da CCLJR requerimento 108/2021, requerendo prazo de 30 dias para emissão dos pareceres aos projetos de lei 5758 e 5760/2021. Da CEOFF requerimento 109/2021, requerendo prazo de 30 dias para emissão do parecer ao projeto de lei 5760/2021. Da CUOP requerimento 110/2021, requerendo prazo de 30 dias para emissão do parecer ao projeto de lei 5758/2021. Do Vereador Lucas Santos indicação 248/2021 ao Departamento de Segurança e Trânsito, indicando a construção de lombada ou colocação de tachões nas Ruas Rosonir de Oliveira Franco, Donato Woinarovicz, Elvira Afonso Heimbecher, Conrado Schon, Amilton Schamne e Benjamin P. da Cruz no Loteamento Sol Nascente. Do Vereador Gilberto Rogalski indicação 249/2021 à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, indicando a recuperação da estrutura e pavimentação asfáltica das Ruas Cel. Alípio do Nascimento, em frente ao nº 350, e Padre Camargo, nas proximidades do nº 383. Do Vereador Rogério Czelusniak indicação 250/2021 à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, indicando a limpeza de todos os bueiros da estrada que inicia na BR – 277 e termina na localidade de Papagaios Novos. Do Vereador Vane indicação 251/2021 ao Prefeito Municipal, indicando a vistoria, recuperação e colocação em funcionamento das câmeras de monitoramento instaladas na Praça Marechal Floriano Peixoto e Rua Conceição. Da CEOFF projeto de decreto legislativo nº 715/2021 que “aprova a prestação de contas do Município de Palmeira, relativas ao exercício financeiro de 2019, e dá outras providências” e parecer da prestação e contas do Município de Palmeira, relativas ao exercício financeiro de 2019. Da CCLJR pareceres aos projetos de lei 5752 ao 5757, 5759, 5761 e 5762/2021. Da CEOFF pareceres aos projetos de lei 5753 ao 5757 e 5759/2021. Da CECBESMA pareceres aos projetos de lei 5761 e 5762/2021. Concluída a matéria do expediente o senhor Presidente solicitou que se procedesse a verificação da presença e se algum Vereador se inscreveu para fazer uso da palavra. Anotou-se a presença de todos os Vereadores. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Joslei Sequineli com o assunto “preocupação com a segurança nas escolas”. Com a palavra, cumprimentou o senhor Presidente, senhores Vereadores, munícipes presentes e aqueles que assistem pela TV Câmara. Disse que tem muitas preocupações sobre a segurança pública. Que o CMEI Alderico Viante foi invadido na madrugada de sexta-feira, 17/9, por criminosos que furtaram objetos e vandalizaram o espaço destinado à educação de crianças. Que segundo informações do *site* da Prefeitura, por duas vezes já houveram tentativas de entrar no estabelecimento. Ressaltou que apresentou o anteprojeto de lei nº 7/2021 sugerindo a instalação de câmeras de monitoramento nos CMEIs, escolas públicas municipais e cercanias. Relatou que as questões da segurança pública e o clamor pela sua melhoria são assuntos bastante questionados pela população. Que o crescente aumento da violência e a sensação de insegurança tem contribuído para a necessidade da instalação de sistemas de monitoramento eletrônico. Lembrou do evento ocorrido na cidade de Saudades/SC, no qual um jovem invadiu uma



escola infantil com um facão e matou três crianças de um ano e duas servidoras, além de ter ferido outras pessoas, que acentuou a sua preocupação e a necessidade de investimentos na segurança escolar. Destacou que a violência, em suas mais diversas formas, tem marcado boa parte das escolas do país e que a instalação desses sistemas de monitoramento na rede municipal de ensino de outras cidades já é realidade e traz benefícios para os munícipes. Relatou que soube pela imprensa e redes sociais da invasão ao CMEI Alderico Viante e dos estragos e prejuízos causados a essa importante instituição de ensino. Disse que a intenção do anteprojeto de lei que apresentou é dar maior segurança aos alunos, professores e servidores e evitar que marginais depredem espaços públicos importantes para a educação das crianças. Agradeceu pela atenção. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Rogério Czelusniak com o assunto “posto de saúde”. Com a palavra, cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores e munícipes que acompanham a sessão. Disse que de quatro em quatro anos os eleitores são chamados às urnas para escolherem seus representantes, depositando nos eleitos a confiança para representar e lutar pelos seus interesses. Que por isso apresentou à Câmara e encaminhou ao Prefeito o abaixo-assinado dos moradores da comunidade de Poço Grande para que o posto de saúde daquela localidade seja mantido, visando facilitar o atendimento dos moradores, principalmente das pessoas idosas e com menor poder aquisitivo que não possuem veículos para se deslocarem a outras localidades em busca de atendimento. Relatou que o Poder Executivo respondeu hoje a demanda, informando que o posto de saúde será mantido na comunidade, e por isso gostaria de agradecer o Prefeito Sérgio e o Secretário Municipal de Saúde Giovatan, não por atender o seu pedido, mas por atenderem o pedido do povo. Registrou que sempre que a população precisar irá trazer as suas reivindicações aos Poderes Legislativo e Executivo. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Odair José Sanson Junior com o assunto “a praça não é nossa”. Com a palavra, cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores e pessoas que acompanham a sessão. Disse que há 202 anos não era possível imaginar que teríamos aqui uma cidade, pois neste local havia apenas um pequeno povoado à beira do Caminho das Tropas, e, de vez em quando, chegavam os tropeiros que conduziam mulas e cargas desde a região de Viamão/RS até Sorocaba/SP. Relatou que a rotina das tropas vinha desde meados do século XVII, quando tiveram início as longas jornadas entre o sul do Brasil e a província de São Paulo, em franco desenvolvimento. Que o então Capão da Palmeira, ponto de passagem e parada das tropas, era apenas um embrião da cidade de hoje. Falou que a transformação começou a acontecer em 1819, no dia 7 de abril, quando o Tenente Manoel José de Araújo fez a doação das terras para a Igreja Nossa Senhora da Conceição e convenceu o Padre Antônio Duarte dos Passos a transferir para cá a igreja localizada no Tamanduá. Que em torno da igreja em construção surgiu a Freguesia Nova e depois de 202 anos está aqui a Palmeira, com mais de dois séculos de histórias, feitos e realizações contados e registrados nas páginas de documentos e livros, de uma cidade que cresceu e se desenvolveu em torno da Igreja Matriz, nosso mais importante cartão postal, localizada na Praça Marechal Floriano Peixoto. Disse que, infelizmente, hoje o tema do seu pronunciamento é “a praça não é mais nossa”. Que morador da cidade lhe apresentou suas preocupações sobre as bebedeiras e brigas que ocorreram por três finais de semana seguidos na praça, acontecimentos que acabaram se espalhando por vídeo para outras cidades e gerando uma situação constrangedora e que traz uma propaganda muito ruim para o nosso Município. Expressou que há algum tempo a Praça da Matriz não é nossa e se tornou um ponto de encontro para bebedeiras, brigas e outras coisas mais. Que os Poderes Legislativo e Executivo devem fazer algo para coibir essa situação vexatória, pois as famílias e visitantes não podem frequentar o maior cartão postal da cidade devido a insegurança ali encontrada, além da dificuldade que a igreja tem enfrentado para realizar as suas ministrações em razão da baderna generalizada nos arredores. Disse que, em conversa com a Procuradoria Jurídica do Legislativo, foi-lhe informado que a lei que poderia, de certa forma, tentar coibir essa situação é a Lei Municipal nº 3004, de 2/12/2009, que dispõe sobre a proibição da comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos. Relatou que a lei foi criada 12 anos atrás devido a diversos problemas enfrentados pela comunidade palmeirense, como o elevado índice de consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos, e também para que os órgãos de segurança atuantes no Município tivessem meios para coibir atos de violência, acidentes e badernas ocasionados pela ingestão de bebidas. Falou que uma das finalidades da lei era dar subsídio aos órgãos de segurança, Polícias Militar e Civil, para atuarem de forma efetiva na prevenção da violência dentro dos limites municipais. Que fez uma pesquisa no histórico da lei e já naquela época os problemas principais eram bebedeiras, brigas e insegurança na Praça da Matriz e o que estava ruim em 2009, parece que piorou. Disse que quando a lei ainda era projeto e tramitava no Poder Legislativo foi



salientado que um dos objetivos era auxiliar no combate de um dos maiores males que afligem a nossa população, o consumo em excesso de bebida alcoólica. Questionou quantos acidentes ocorrem tendo como fator decisivo a ingestão de bebidas alcoólicas, quantas famílias são destruídas devido a esse mal, quantos crimes são originados no nosso dia-a-dia tendo o envolvimento da ingestão de inebriantes e quantas situações temos registradas de jovens que perderam as suas vidas devido a ingestão dessas substâncias. Expressou que não tem dúvidas para dizer que muitos atos de vandalismo estão relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas. Relatou que quando o projeto de lei estava sendo debatido a Rádio Ipiranga, no programa Rádio Aberto, realizou uma enquete e todos os palmeirenses que se pronunciaram foram favoráveis a proposição, tendo certeza que também seriam favoráveis a qualquer outra situação que pudesse colocar ordem no entorno da Praça da Matriz. Disse que não se pode impedir o comércio e consumo de bebidas alcoólicas em locais fechados ou particulares e nem é isso o que está propondo, porém, a exemplo da Lei Municipal nº 3004/2009, em logradouros públicos a proibição está dentro da alçada do Poder Público. Questionou quantas famílias deixaram de visitar as praças, tendo como fator impeditivo as pessoas consumindo essas substâncias. Relatou que sabemos que a bebida tira as pessoas da sua realidade e normalidade, ocasionando problemas principalmente para aqueles que não bebem. Disse que logradouro público não é local para comercializar e consumir bebidas alcoólicas. Que a intenção do seu pronunciamento é compartilhar esta preocupação com os nobres colegas para que deem à sociedade palmeirense uma resposta positiva, criando alguma alternativa para que a ordem possa prevalecer e as leis sejam cumpridas e respeitadas. Falou que não tem certeza se a Lei Municipal nº 3004/2009 está em vigor ou se foi cumprida pelas autoridades competentes, porém, é útil para coibir os excessos, permitindo que o Poder Executivo firme convênio com a Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme o art. 144, §5º da Constituição Federal, para fiscalização do cumprimento da norma, auxiliada pelo Conselho Tutelar, fiscais do Município, autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público, Conselho Comunitário de Segurança e Guarda Municipal ou órgão equivalente, cada um atuando dentro do limite das suas atribuições legais e constitucionais. Falou que, em rápida conversa com o Prefeito Sérgio, foi-lhe relatado que o assunto já foi levantado por ele e pelo Vice-prefeito, tendo sido agendada uma reunião para a próxima sexta-feira com a presença de representantes do Executivo, Legislativo, Polícia Militar, proprietários do comércio no entorno da praça e Conselho Municipal de Segurança. Disse que algo deve ser feito, pois os Vereadores representam o povo de Palmeira e é seu dever buscar a ordem e o respeito. Pediu que juntos em uma força-tarefa, busquem a melhor solução, pois hoje, infelizmente, a praça não é mais nossa. Agradeceu pela atenção. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Jovane Sebastião Ferreira com assunto “câmeras de segurança praça e Rua Conceição”. Saudou o senhor Presidente, Vereadores, público presente e internautas que acompanham a sessão pelo *Youtube*. Disse que gostaria de registrar a sua indicação nº 251/2021. Que visitou a Polícia Militar esta semana com a intenção de se inteirar sobre as ações adotadas por eles relacionadas as frequentes brigas que vem acontecendo na praça. Que perguntou sobre as câmeras de monitoramento instaladas no local e lhe foi repassado que elas não estão funcionando, assim como as da Rua Conceição. Falou que as câmeras foram instaladas para auxiliar os órgãos públicos de segurança, contribuir para a preservação dos locais públicos, inibir a ação de vândalos, registrar atitudes suspeitas e possibilitar a identificação e responsabilização daqueles que causam desordem. Expressou sua indignação com essa situação e pediu, em caráter de urgência, a recuperação e colocação em funcionamento dessas câmeras, pois a parceria entre a Prefeitura e a Polícia Militar sempre deu certo. Disse que a polícia é a segurança pública, porém, segurança pública não se faz só com a polícia, e quem ganhará com isso é toda a população palmeirense. Seguiu-se então à ordem do dia. Em discussão e votação única, em bloco, foram aprovados por unanimidade os requerimentos 107 ao 110/2021. Em discussão e votação única, em bloco, foram aprovadas por unanimidade as indicações 242 a 247/2021. Em 1ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5753, 5754 em votação nominal, 5755, 5756, 5757, 5759 em votação nominal, 5761 e 5762/2021. Finalizada a ordem do dia o senhor Presidente encaminhou à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação o projeto de decreto legislativo 715/2021 para análise e emissão de parecer. Lembrou que no dia 24/9, às 8h30min, será realizada reunião com o Poder Executivo Municipal no auditório da Central de Atendimento ao Cidadão, que terá como foco a busca de soluções urgentes para a segurança e bem-estar dos munícipes nos espaços públicos do Município, tendo em vista os recentes atos de violência e vandalismo ocorridos na Praça Marechal Floriano Peixoto. Destacou que a participação dos órgãos públicos é de extrema importância. Disse que problemas dessa natureza ocorrem há muitos anos e



quando foi Vereador vinte anos atrás já havia preocupação com este assunto. Que na época o Código de Posturas foi revisado, o qual já deve ter sido alterado novamente, mas já se previa um cuidado especial com essa situação, pois enquanto algumas pessoas saem e tomam seus aperitivos e bebidas, o que é livre, e não criam dificuldades, outras tumultuam a vida de uma população inteira. Relatou que na época se proibia a colocação de mesas nos espaços públicos. Expressou que essa é uma situação delicada. Que a Administração Municipal está se empenhando para ver o que fazer e os Vereadores têm a obrigação de colaborar, mas, ao mesmo tempo, estão com as mãos um pouco amarradas porque, constitucionalmente, a competência da segurança pública é do Governo do Estado. Que há leis e se for preciso fazer mais alguma ou melhorá-las não vê empecilhos, porém, o grande problema é fazer com que se cumpra a lei. Disse que no Brasil há leis de sobra para tudo que se imagina e nem se imagina, mas o problema são as pessoas cumprirem o que está escrito. Que deveríamos ter uma segurança pública com mais elementos e condições e um Judiciário mais livre de burocracias, apesar de entender a necessidade de haver segurança e controle, mas algumas situações não podem esperar esse tempo todo e devem ser solucionadas com maior rapidez. Falou que algumas pessoas se embebedam na praça, fazem um escândalo e agredem outras verbalmente ou fisicamente, entretanto, no dia seguinte, quando passa a bebedeira, não se lembram de nada e acham que está tudo bem, mas não é assim. Ressaltou as pessoas precisam saber que se fizerem alguma coisa errada, têm de pagar por isso, pois vivemos em uma coletividade e o gosto e a vontade de um não pode prevalecer e criar incômodos e constrangimentos aos outros. Ressaltou que o espaço é público e não de uma ou meia dúzia de arruaceiros. Que há a necessidade dessa reunião, junto com a Polícia Militar e preferencialmente com a presença do Promotor de Justiça, o excelentíssimo senhor Antônio Carlos Nervino, e a Juíza, a excelentíssima senhora Cláudia Sanine Ponich Bosco, para traçar uma estratégia para inibir esses acontecimentos, fazendo com que a lei seja mais rápida e a sua execução faça com que as pessoas que estão criando essas dificuldades entendam que isso é errado, contra a lei e não pode ser feito, pois estão prejudicando uma sociedade inteira e dando mal exemplo para jovens, adolescentes e crianças. Falou que esses acontecimentos atrapalham as celebrações da igreja e as pessoas simplesmente não tem a obrigação de compactuar com pessoas alcoolizadas, inconvenientes e inoportunas. Destacou que acha de extrema propriedade que os Vereadores compareçam na reunião e se manifestem com suas opiniões e sugestões, obtendo uma posição da Polícia Militar e, se for o caso, buscando junto aos Deputados o aumento do contingente policial na cidade. Disse que as câmeras de monitoramento são uma preocupação grande e já cobrou do Vice-prefeito, Major Schulli, que ficou responsável por esse material. Relatou que estão fazendo um levantamento e estudo para ampliação do atendimento, integrando mais câmeras, juntamente com a Polícia Militar e um setor de monitoramento na Prefeitura. Que em contato com senhor Moacir do Conselho Municipal de Segurança, lhe foi relatado que em Ponta Grossa foi aprovada uma lei incentivando que as pessoas que possuem câmeras de segurança, principalmente no Centro, disponibilizassem o acesso às imagens ao sistema integrado da Polícia Militar, através de um convênio com a Prefeitura, multiplicando o número câmeras e aumentando a eficiência. Reforçou o convite para que se possa dar uma resposta satisfatória e demonstrar que os Vereadores estão trabalhando e representando a população. Lembrou ainda que no dia 24/9, às 14h, será realizado o evento “Visita Mediada – Piloto de Roteiro Turístico”, que consiste na vista guiada ao Museu Cemitério de Palmeira, Capela do Bom Jesus e Museu Histórico de Palmeira, e que todos os vereadores estão convidados. Lembrou também que no dia 28/9, às 15h, será realizada audiência pública para demonstração e avaliação das metas fiscais do Poder Executivo referentes ao 2º quadrimestre de 2021. Não houve Vereador inscrito para explicação pessoal. O senhor Presidente disse que essa semana tomou conhecimento de que o novo decreto do Município sobre a COVID ficou com menos restrições e houve uma conversa com o pessoal da Câmara, chagando-se a conclusão que há condições para abrir o espaço, que estava restrito a oito pessoas, para dezoito. Que tão logo forem flexibilizando os decretos, serão liberados mais espaços porque a Câmara é a Casa do Povo e quando o problema da pandemia estiver sob controle, o que espera que aconteça rapidamente, não haverá mais nenhuma restrição, podendo-se voltar à normalidade. Nada mais havendo a ser tratado, lembrou que a próxima sessão ordinária será realizada em 28 (vinte e oito) de setembro, no horário regimental, constando na ordem do dia a discussão e votação única das indicações 248 a 251/2021 e a 2ª discussão e votação dos projetos de lei 5753 ao 5757, 5759, 5761 e 5762/2021. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo povo declarou encerrada a sessão, da qual para tudo constar foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos senhores Presidente e 1º Secretário.